



Revista Brasileira de Ciências Sociais

ISSN: 0102-6909

anpocs@anpocs.org.br

Associação Nacional de Pós-Graduação  
e Pesquisa em Ciências Sociais

Brasil

Machado, Carly

CONEXÕES E RUPTURAS URBANAS. Projetos, populações e territórios em disputa

Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 32, núm. 93, febrero, 2017, pp. 1-21

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

São Paulo, Brasil

Disponible en: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10749805015>

- Cómo citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org



Sistema de Información Científica

Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal  
Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso abierto

# CONEXÕES E RUPTURAS URBANAS

## Projetos, populações e territórios em disputa\*

**Carly Machado**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica – RJ, Brasil. E-mail: machado.carly@gmail.com

DOI: 10.17666/329308/2017

A trama urbana do Rio de Janeiro, longe de se apresentar como uma rede estática e previsível de atores, configura-se como um emaranhado complexo de pessoas, discursos, práticas, símbolos, objetos, técnicas, tecnologias, poderes e lugares. Mobilizada por intervenções que lhe provocam maior ou menor impacto, esta “trama de viventes”<sup>1</sup> exige análises capazes de acompanhar suas dinâmicas, seus conflitos, seus fluxos de ordens e resistências.

Elegendo como foco privilegiado de análise as tramas das periferias urbanas, este trabalho busca

discutir a dinâmica de produção de alianças e rupturas que caracteriza as relações entre mediadores imbuídos de projetos, ora convergentes, ora divergentes, de gestão de territórios e populações das periferias do Rio de Janeiro. Tem-se como pressuposto, nesta discussão, a compreensão de que são variadas as formas de atuação e presença do estado<sup>2</sup> em suas margens (Das e Poole, 2004) e que tais atuação e presença operam sempre a partir da relação com atores sociais que se inscrevem em territórios específicos, e os disputam. Essas relações dão forma a dispositivos que, tal como definidos por Foucault (1984) e discutidos por Agamben (2005), demarcam conjuntos heterogêneos de práticas, discursos, instituições, leis, medidas administrativas, proposições morais e enunciados científicos que têm por função responder a uma urgência.

Esta dimensão de “urgência” inscreve os dispositivos no tempo. Sua condição é, portanto, a efemeridade. Se, por um lado, há uma ininterrupta

\* Este artigo foi desenvolvido no âmbito do Núcleo de Pesquisa Distúrbio – Dispositivos, tramas urbanas, ordens e resistências – sob a coordenação de Patricia Birman e Carly Machado, que em 2015 publicou o livro, organizado por Birman, Leite, Machado e Carneiro, *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*.

ação dos dispositivos que operam as razões do estado nos levando a pensar um tempo contínuo e mesmo planificado, como se os diferentes momentos históricos fossem sempre uma repetição, proponho aqui, por outro lado, uma ênfase nas mudanças, nas dinâmicas que conformam o trabalho do tempo. O tempo, sugere Veena Das, “não é algo meramente representado, mas um agente que ‘trabalha’ nas relações permitindo que sejam reinterpretadas, reescritas, modificadas, no embate entre vários autores pela autoria das histórias nas quais coletividades são criadas ou recriadas” (1999, p. 37).

Tratarei do trabalho do tempo na “questão da violência” (Birman, 2012) com base nos acontecimentos vividos e acompanhados em um campo de pesquisa<sup>3</sup> composto por um conjunto de atores sociais institucionais que atuam nas periferias do Rio de Janeiro com projetos voltados ao “combate à violência” e à “promoção da paz”: uma igreja, uma organização da sociedade civil de cunho sociocultural e um projeto do governo do Estado do Rio de Janeiro. Embora à primeira vista estes projetos se diferenciem pelo fato de um ser religioso, outro cultural (a ONG) e o último de segurança pública, e por isso compreenderem o “combate à violência” e a “promoção da paz” de maneiras indiscutivelmente muito diferentes, pretendo argumentar que tais concepções não podem ser pensadas como categorias estáticas, mas como significados e práticas que se fazem e se refazem no tempo e em situações sociais singulares, partindo de relações entre atores inscritos em territórios também específicos, cujas práticas alternam períodos de sucesso e decadência, força e fragilidade, aproximações e distanciamentos.

Esta “coreografia dos atores urbanos”, marcadada por passos de pessoas em territórios específicos e cadenciada no compasso do tempo, evidencia a contínua formação dos próprios conceitos que, inicialmente, definem seus campos de atuação como intrinsecamente diferentes. As fronteiras entre as categorias “religioso”, “cultural” e “estatal” tornam-se mais complexas nos dispositivos que as agregam, e assim evidencia-se sua condição de “artefatos” que só podem ser definidos quando ativados pelos atores sociais em tempo e local específicos, tendo em mente que a diversidade de atores e de momentos implica em sua variabilidade, baseada nos efeitos de sua transposição e circulação.

### **Pacificação, “promoção da paz” e o trabalho do tempo: continuidades e rupturas**

A gestão das populações pobres no Rio de Janeiro configura-se como um campo complexo e multifacetado, particularmente no que se refere ao enfrentamento da violência na cidade e no estado. Um significativo e volumoso conjunto de práticas estatais tem se destacado neste campo de disciplinização de corpos e subjetividades, voltado ao controle da violência e à produção da “ordem urbana”: projetos de desenvolvimento, de urbanização, projetos sociais e, especialmente, projetos de segurança pública atingem essas populações cotidianamente, e em cada período político as estratégias se reconfiguram. Nos últimos oito anos, a estratégia dominante no estado do Rio de Janeiro ficou conhecida como política de pacificação.<sup>4</sup>

A cada projeto de segurança pública, supostamente novo, uma análise mais detalhada mostra que, apesar de diferenças inerentes, se confirmam muitas continuidades quanto aos objetivos, à população alvo e às estratégias adotadas. A política de pacificação implementada no Rio de Janeiro em 2008 pode ser pensada como um projeto intrinsecamente relacionado com outros que lhe são próximos no tempo, como o Programa Nacional de Segurança Pública (Pronasci)<sup>5</sup> e sua proposta de instauração dos “Territórios da Paz” no Rio de Janeiro, bem como em uma perspectiva histórica mais alargada, conectando-se a projetos pacificadores voltados às populações indígenas brasileiras no período colonial, tal como discutido por Oliveira (2014).

Se a pacificação como estratégia estatal não é uma novidade no Brasil, para além das práticas do estado, e historicamente ao seu lado, outros projetos de “promoção da paz” como forma de enfrentamento da violência também sempre existiram nas periferias do Rio de Janeiro. Destacamos aqui as práticas de lideranças religiosas – seus projetos de salvação e redenção de populações – e as ações da sociedade civil organizada – projetos sociais e culturais de paz e cidadania.

Desse modo, cada novo projeto estatal de enfrentamento da violência, ao ser implementado no território, não se faz apenas “sobre” moradores e redes criminosas, mas se instala também “sobre”

atores locais com históricos particulares de enfrentamento do crime e da violência e suas próprias práticas de promoção da paz.<sup>6</sup> Com a política de pacificação de 2008 não foi diferente. Sua implementação nos territórios reorganizou e desorganizou redes já consolidadas de produção de ordens e resistências, diluindo a legitimidade de certos atores locais e (re)produzindo outras figuras de mediação.

Pretendo discutir aqui a política de pacificação no Rio de Janeiro, particularmente no período de 2008 a 2016, não apenas como estratégia policial de segurança pública, mas também a partir de seus efeitos no tecido associativo carioca. Uma característica marcante dessa política que explorei nesta pesquisa foi a intensificação dos investimentos públicos que visavam à composição de parcerias com atores da sociedade civil, incentivando suas ações de gestão das populações e dos territórios da pobreza (Rizek, 2013).<sup>7</sup> Este *dispositivo de pacificação* assim conformado promoveu rearranjos nas relações entre projetos locais, e destes com o governo, impactando a trama urbana das periferias com expansões e recolhimentos.

Proponho neste artigo uma observação sobre o modo como tal reorganização articulada ao “canto da sereia” do financiamento estatal impactou nas relações entre duas figuras de destaque no Rio de Janeiro na década de 1990 e início dos anos 2000: José Júnior, líder do Grupo Cultural AfroReggae, e o pastor Marcos Pereira, da Assembleia de Deus dos Últimos Dias (Adud). Embora seus projetos por um tempo fizeram convergir propostas de ressocialização de ex-detentos e de mediação de conflitos entre moradores dos territórios de pobreza e atores do mundo do crime, as divergências profundas entre os dois projetos e suas lideranças geraram conflitos pautados por acusações, ameaças, processos, prisão e criminalização dos atores envolvidos.

O grupo cultural AfroReggae foi criado em 1993, um mês após a chacina de Vigário Geral,<sup>8</sup> que deixou 21 mortos e pela qual foram denunciados 52 policiais militares. Apresentou-se em sua fundação como uma organização cujo intuito era promover projetos de educação, geração de emprego e renda, arte e cultura como forma de enfrentar a criminalização das populações pobres da cidade e sua exclusão social. Por sua vez, a Assembleia de

Deus dos Últimos Dias, com sede em São João de Meriti, município da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, surgiu em 1990 de um projeto de evangelização realizado pelo pastor Marcos Pereira, seu presidente, no presídio da Ilha Grande. Seu objetivo era atingir a população afetada pela vida no crime, oferecendo-lhe um caminho de salvação e cidadania. Além das prisões, a Adud sempre atuou em favelas e delegacias, bem como no combate à prostituição e às drogas.

Apesar das controvérsias públicas que acompanham esses dois grupos, que não são poucas, é possível perceber que, com a intensificação da proximidade destes atores das instâncias governamentais e seus programas, as populações das favelas do Rio de Janeiro perderam interlocutores historicamente consolidados, que circulavam e atuavam nesses territórios promovendo ações relevantes e legítimas para uma parte significativa da população local. No âmbito da política de pacificação dos últimos oito anos, os principais projetos do AfroReggae foram realizados via governo do Rio de Janeiro; no caso da Adud, as parcerias com o governo foram mais pontuais, sobretudo voltadas para a reabilitação de dependentes químicos das favelas ocupadas.

As controvérsias que envolveram essas lideranças, causando desconfiança e até mesmo a perda de sua legitimidade, foram em grande medida decorrentes de sua aproximação mais intensa das práticas e das razões do Estado. Isso, acima de tudo, enfraqueceu e desmantelou o papel de mediação que estas lideranças assumiram ao longo de sua trajetória para reverter resistências locais, o que pode ser considerado, em momentos específicos, seu grande mérito.

A pacificação no Rio de Janeiro gerou novos conflitos nos territórios de favela, e um de seus principais efeitos foi motivado por seu potencial dissuasivo. Quando o Estado “ganha” o território, atores da sociedade civil, como ONGs e igrejas, perdem terreno simbólico, e as populações criminalizadas e marginalizadas perdem muito quando se enfraquece sua relação com instituições historicamente parceiras e que, cada uma a seu modo, tiveram importância para o enfrentamento da violência cotidiana.

A dimensão temporal, em diferentes perspectivas, é elemento central desta análise. Primeiramente, a reflexão aqui proposta se dá oito anos

após a implementação da política de pacificação, o que significa pensar não só relações entre períodos de estabilidade e instabilidade, variações locais relevantes, efeitos previsíveis e imprevisíveis, mas também aspectos de controle e de aumento de violências específicas. Em 2016, todos os megaeventos que constituíram o horizonte em nome do qual foram pautadas as intervenções urbanas na cidade já haviam acontecido: a cidade foi reorganizada e desorganizada com base nesse cenário, o estado decretou falência, a crise política nacional passou a ser uma realidade premente e o futuro, incerto para todos. Em 2008, a UPP foi oficialmente anunciada como uma perspectiva de esperança, um “sonho de paz” (Fridman, 2014); em 2016, a pacificação transformou-se em um legado estranho, pouco claro e um tanto maldito.

Outro aspecto importante nesse sentido é a própria temporalidade da pesquisa e da reflexão aqui apresentada. A etnografia que forneceu os dados para este estudo se desenvolve há seis anos, alternando períodos de maior e menor intensidade em relação aos grupos analisados. A primeira versão deste artigo foi formulada em 2012; de lá para cá, entre processos de revisão e reformulação, não só o texto foi sendo alterado como os acontecimentos tiveram sequência e desdobramentos. Assim, se o estudo é produzido no tempo, é também por ele impactado. Explorarei esses sentidos da passagem do tempo, tomando-o não como uma “fatalidade” que no futuro pode alterar radicalmente a interpretação dos acontecimentos que analiso, mas como um elemento da construção desta análise, que se propõe como uma obra aberta, processual e dinâmica.

### Igrejas e ONGs: atores da ordem ou das resistências?

João Pacheco de Oliveira (2014) produziu uma análise indispensável a qualquer discussão sobre pacificação como intervenção urbana, convidando-nos a refletir sobre a maneira pela qual, historicamente, práticas de governança revelam a produção do “outro” e as “pacificações” são parte indispensável da ideia de “nação”, bastante eficaz na constituição de uma unidade social imaginada, crucial

em tal processo. Na discussão apresentada por Oliveira encontramos diversas referências ao papel dos atores religiosos católicos e suas missões na produção da pacificação das populações indígenas. Sobre missões católicas no Brasil, destaca-se ainda o trabalho de Montero (2012), no qual a autora analisa as missões salesianas e sua relação com as populações indígenas no Brasil. Historicamente relacionadas ao mesmo tempo com práticas de controle e práticas de apoio às resistências de populações marginalizadas, as intervenções da igreja católica tiveram diversas versões ao longo da história brasileira: das já referidas missões, à Teologia da Libertação (Lowy, 1989), às relações da igreja católica com o “problema da favela” (Gonçalves, Simões e Freire, 2010), à Pastoral Carcerária (Vargas, 2005; Maia, 2009), entre outras.

Sobretudo nos últimos vinte anos, no entanto, atores do campo pentecostal também reivindicaram seu lugar como mediadores da relação entre populações marginalizadas e projetos de cidadania, especialmente nas periferias urbanas brasileiras, produzindo um repertório próprio de intervenção e de relação com essas populações. As muitas igrejas evangélicas localizadas nas periferias das cidades brasileiras, em especial no Rio de Janeiro e em São Paulo, tornaram-se instituições cada vez mais presentes nos debates acerca das intervenções no mundo do crime. Essas igrejas produziram nesse período um repertório bastante particular de enfrentamento da violência: desde práticas de devoção voltadas à “batalha espiritual” contra o crime, passando por ações de evangelização voltadas aos criminosos encarcerados, até negociações diretas com líderes do crime, visando à libertação de “bandidos” condenados à morte pelos “tribunais do tráfico” e seu posterior acolhimento no seio da igreja. Tais práticas ganharam tanto espaço na sociedade brasileira que alcançaram a esfera pública nacional.

A relação entre o pentecostalismo e os contextos de violência nas periferias brasileiras é tema que vem sendo analisado por importantes trabalhos no campo de pesquisas sobre religião e cidade no Brasil. Um número significativo desses estudos apontam para o papel dessas igrejas na atenuação da condição de “vulnerabilidade” nas metrópoles brasileiras, discutindo a relação entre o mundo

evangélico e os territórios de pobreza e a questão da violência e do crime no país.<sup>9</sup>

Além das igrejas, a ocupação dos territórios cariocas através de estratégias de prevenção à violência e promoção da paz pela sociedade civil também vem sendo feito há pelo menos trinta anos por instituições não governamentais e outros coletivos organizados da sociedade civil.<sup>10</sup> Projetos sociais e culturais conduzidos por associações, coletivos e ONGs fazem parte da dinâmica desses lugares e são frequentemente elencados como uma das principais estratégias de enfrentamento da violência no estado do Rio de Janeiro.

O engajamento de coletivos organizados da sociedade civil na promoção da paz foi analisado por Márcia Pereira Leite no início dos anos 2000. Naquele momento, a autora destacou o modo como estavam sendo produzidos “sentidos alternativos à cidadania e à política mediante a valorização da ideia de solidariedade e do compromisso com a ideia de paz” (Leite, 2000, p. 84). Nesse trabalho, Leite enfatiza tanto a formação de redes de solidariedade voltadas mais aos deveres do cidadão que a seus direitos, promovendo múltiplas formas de participação social, como um modelo de cidadania pautado na fraternidade e em ações cívicas de forte conteúdo moral como forma de enfrentar os conflitos sociais e promover a paz. Acerca dessas “múltiplas ações e projetos de resgate da solidariedade entre os cidadãos” e sua relação com o estado, Leite afirma que se tratam de projetos que não recusam por princípio a mediação estatal, mas nela raramente encontram inspiração, vigor e impulso original.

Mais de quinze anos depois do período analisado por Leite, percebemos que o projeto de cidadania pautado pela sociedade civil nos anos 2000 desdobrou-se em práticas variadas. Se algumas dessas iniciativas mantiveram-se questionando e denunciando as práticas estatais (Leite e Birman, 2004), outras aliaram-se às políticas de Estado, tornando-se suas faces “sociais” e “culturais”. Os trabalhos de Moreira (2014) e Pedro e Moreira (2015) analisam como as organizações da sociedade civil, nos últimos quarenta anos, tiveram suas práticas deslocadas do “território de possibilidades e utopias para o campo das denúncias e desvios” (p. 1400), nos termos das autoras.

O mesmo pode ser dito sobre igrejas e pastores. Atividades circunscritas, voltadas para intervenções locais e geridas no dia a dia das comunidades, são desenvolvidas paralelamente a outros projetos evangélicos, agora de larga escala, que passaram a atuar nos territórios de pobreza no Rio de Janeiro e em outras periferias brasileiras. Surgem, assim, os chamados “ministérios”, grandes igrejas, de ampla movimentação econômica, significativa produção midiática, volumosos projetos sociais, com parcerias de governos e intensa participação na política partidária.

As ações estatais e as práticas da igreja e da sociedade civil, no entanto, não caminham sempre em paralelo. A “questão da violência”, tal como discutida por Birman (2012), é enfrentada com base na relação entre o “secular” e o “religioso” e suas articulações na conformação de “cruzadas pela paz”. Proponho aqui, então, analisar as conexões e as rupturas entre projetos de cidadania e enfrentamento da violência no Rio de Janeiro, partindo de caso particular que envolveu o líder do grupo cultural AfroReggae e o pastor Marcos Pereira.

### Conexões, histórias e encruzilhadas urbanas

O programa de TV *Conexões urbanas*<sup>11</sup> – “braço televisivo de um movimento social”, segundo o grupo cultural –, apresentado por José Junior no canal Multishow, foi produzido e dirigido pela produtora de audiovisual do AfroReggae e teve 115 episódios exibidos em sete temporadas. Sua principal proposta era “conectar mundos”. Daí o programa ter levado ao ar, em 2008, um episódio sobre o pastor Marcos Pereira, da Assembleia de Deus dos Últimos Dias, e seu projeto de conversão de presidiários. Quatro anos depois José Junior – líder do AfroReggae – protagonizou na esfera pública uma série de denúncias contra o pastor, acusando-o de ser a “maior mente criminosa do Estado do Rio de Janeiro” e de fomentar atos violentos em nome de traficantes, como ordenar assassinatos e realizar estupros.

Essas personagens e suas respectivas instituições conduzem diferentes projetos de intervenção social, mas dedicam especial atenção aos programas de reinserção de ex-presidiários na sociedade. Am-

bos, pastor Marcos e José Júnior, já foram chamados pelo Estado para mediar rebeliões em prisões e conflitos no interior de delegacias no Rio de Janeiro. Essa aproximação provocou nos anos de 2012 e 2013 tensões de ambos os lados: nos termos de José Junior, uma guerra política contra um falso profeta que, na verdade, seria um mentor do crime; na gramática pentecostal do pastor, uma guerra espiritual contra um invejoso usado pelo diabo. Estabeleceu-se, pois, uma batalha midiática, em que cada um utilizou suas armas mais poderosas: escândalos e polêmicas informadas por produções ora da mídia de massa, ora das próprias mídias institucionais dos grupos e suas agências de audiovisual. Nesse duelo, uma imbricada relação entre projetos sociais, midiáticos, políticos e religiosos tornou indispensável a reflexão sobre as formações do secular e do religioso em contextos de violência, circunscrevendo projetos, populações e territórios em disputa.

Os projetos da Adud e do AfroReggae se cruzaram de várias formas ao longo do tempo. Como já destacado, os dois apresentam como uma de suas principais ações uma intervenção que visa a retirar o bandido do mundo do crime e ressocializá-lo.<sup>12</sup> Na zona cinzenta da “ressocialização”, encontra-se a complicada diferença entre atuar junto com um “ex-bandido” e junto com um “ex-detento”. Ressocializar pode ser, assim, um processo com dois acessos preferenciais: um que busca reconstruir uma vida cidadã para aqueles indivíduos marcados pelo sistema jurídico e prisional – o ex-detento; outro que atua com aqueles que, apesar de já atuarem no crime, nunca foram capturados pelo sistema jurídico ou prisional – o ex-bandido, que não é ex-detento.

Os projetos voltados aos ex-detentos começam, em geral, dentro das prisões. Neste caso, o processo de “saída do crime”<sup>13</sup> se dá durante o encarceramento, e a liberdade representa o início de uma nova vida de bem na “sociedade” mediante o trabalho (via preferencial do projeto Empregabilidade,<sup>14</sup> do AfroReggae) ou da comunidade moral cristã (o projeto da Igreja). Assim, José Junior e o pastor Marcos desenvolveram em diferentes momentos de suas carreiras sociais projetos dentro das prisões. O AfroReggae mantém este trabalho no Rio de Janeiro, e Pastor Marcos, tradicionalmente conhecido por esta experiência, foi proibido de atuar nas prisões do Estado desde 2003-2004.<sup>15</sup>

A atuação com o ex-bandido, que não é um ex-detento, é bem mais controversa. Ela se dá quando o indivíduo desiste do crime, engajando-se em uma nova vida, sem cumprir pena no sistema prisional. Esta zona cinzenta fica visível na descrição comumente feita por participantes do projeto Empregabilidade do AfroReggae,<sup>16</sup> que fazem referência à fila de homens armados procurando oportunidades de trabalho no projeto, assim como nos “resgates da morte” realizados pelo pastor Marcos e seus missionários, que evitam o assassinato de homens pelo tráfico, levando-os para igreja. Trata-se de um impasse pouco discutido abertamente, mas pertinente a vários projetos sociais. Retirar aqueles que já iniciaram sua carreira no crime significa lidar com indivíduos que já cometem delitos (mais ou menos graves), por vezes sem a mediação do sistema judiciário. Por esta razão, José Junior e o pastor Marcos Pereira sempre foram e ainda são olhados com desconfiança por diferentes grupos e instituições.

Ao mesmo tempo, “cuidar” dos que habitam a liminaridade do “dentro e fora” do crime também atribui legitimidade a esses dois atores, no sentido de que eles fazem parte de um escasso grupo que se solidariza com sujeitos e famílias estigmatizadas e desprezadas pela sociedade – indivíduos fadados à reprodução da vida criminosa, sem salvação, para quem a única “solução” apresentada pelo Estado é o encarceramento. Portanto, quando livres, basta esperá-los voltar. Assim, pelo mundo do trabalho e pelo pertencimento a uma comunidade moral religiosa, os projetos do AfroReggae e da Adud consolidaram seu lugar social de enfrentamento do desafio da “ressocialização”, campo de reconhecido fracasso das práticas estatais.

Em ambos os projetos encontram-se imbricadas dimensões religiosas e seculares (Birman, 2012). A Adud ressocializa ex-bandidos e oferece tratamento para dependentes químicos no Instituto Vida Renovada (IVR), fundado pela igreja. Aliado ao seu projeto religioso de conquistas de almas para Cristo, o IVR identifica-se como projeto secular de “cidadania e inclusão social”, nos termos da igreja, para indivíduos perdidos no mundo do crime e das drogas. No AfroReggae, na mão inversa, por dentro do social/secular, configuraram-se ao longo do tempo projetos religiosos em diferentes formatos.

Um deles foi o próprio projeto *Conexões urbanas gospel*, iniciativa do AfroReggae para a promoção de shows gospel em favelas no Rio de Janeiro. E foi a partir da ideia de cultura gospel enquanto cultura popular e cultura dos pobres das favelas que o pentecostalismo passou a ser operacionalizado e acolhido pelo AfroReggae. No programa de TV *Conexões urbanas* sobre o mundo gospel, José Júnior tematizava o mercado gospel e seu crescimento quanto ao perfil de consumo: “O Brasil é o país mais evangélico da América Latina. No mundo só perde para os Estados Unidos. São mais de 28 milhões de pessoas consumindo música, moda, literatura e televisão. Com doutrinas modernas, a cultura evangélica quebra preconceitos. Atrai cada vez mais fiéis e conquista o poder. Este é o *Conexões urbanas*” (texto de abertura do programa, falado por José Júnior).

O principal parceiro musical do AfroReggae nos shows *Conexões gospel* foi por muitos anos o Ministério Diante do Trono.<sup>17</sup> Diversas apresentações já foram realizadas pelo grupo dentro dessa iniciativa, até mesmo um show no Complexo do Alemão no ano da ocupação dessa comunidade pelo Exército.<sup>18</sup> Neste âmbito *sociogospel*, algumas personagens se cruzam: a dupla de cantores evangélicos formada pelo casal de filhos do traficante Marcinho VP, atualmente preso, apresenta-se com frequência nos eventos organizados pelo pastor Marcos<sup>19</sup> e também abriu o referido show do Ministério Diante do Trono no Complexo do Alemão, organizado pelo AfroReggae. Os filhos evangélicos de um traficante “famoso” angariam marketing político, social, midiático e religioso para os projetos da Adud e do AfroReggae ao serem capazes de agenciar um testemunho de redenção e transformação de pessoas e, consequentemente, um projeto possível de cidadania. Em vez de “herdeiros do crime”, os jovens tornam-se “herdeiros de Deus” e de uma cultura da paz. Presentes na mídia como cantores, esses herdeiros demonstram sua redenção em larga escala, reafirmando que não é preciso reproduzir o erro, o pecado, o crime. Em suma, esta mensagem cabe bem aos dois projetos.

Tanto na Adud como no AfroReggae, a explicação moralmente mais comum para o desacerto entre José Júnior e o pastor Marcos é o fato de am-

bos terem se tornado celebridades, o que dificultou a relação entre eles. Quando os ânimos se exaltavam e as investidas resvalavam para o demérito moral da liderança rival, era claramente perceptível a ideia de que o passar do tempo acirra as relações com “o poder”. Os dois grupos alegam que, no início, Júnior e Marcos tinham sido sinceros em suas intenções, mas com o tempo, segundo eles, “o poder corrói”. O poder, neste caso, advinha das relações com os campos político e midiático, mas, é claro, sempre corrompia o lado oposto. Quanto mais exposto ao “poder”, maior o risco de se perder de seus objetivos originais. A ideia subjacente a esses projetos sociais aponta para aspectos muito interessantes da trama urbana das periferias: quando o horizonte de atuação de indivíduos oriundos dessas regiões da cidade alça voo e os descola de ações locais, isso os coloca mais “perto do poder”. E a longa exposição aos centros de poder é sempre uma ameaça de contaminação desses atores e destruição de sua legitimidade.

Durante o período em que acompanhei os dois projetos paralelamente, a tensão entre o pastor Marcos e José Júnior foi tema recorrente das fofocas cotidianas e raramente discutido em público. Mas, em fevereiro de 2012, jornais e websites estamparam denúncias de José Júnior, que acusava o pastor de tramar contra sua vida insinuando para traficantes que ele seria informante da polícia. Além disso, acusou Marcos de ter incitado rebeliões dentro e fora das prisões para que, em seu *gran finale*, ele fosse chamado para resolver o conflito. José Júnior apresentou, ainda, depoimentos gravados em vídeo de mulheres que diziam ter sido assediadas sexualmente pelo pastor quando eram membros de sua igreja; no mesmo vídeo, um homem acusava-o de ser o mandante do assassinato de um jovem que supostamente tramava contra a igreja. Todos os denunciantes apareceram no vídeo com seus rostos cobertos e voz distorcida e, segundo informado no próprio vídeo, para sua proteção foram acolhidos pelos projetos do AfroReggae.<sup>20</sup>

A resposta da igreja a essas acusações públicas foi imediata. Nos cultos, os pregadores passaram a se utilizar de diferentes metáforas para tratar do conflito. A igreja estava sendo atacada, seu pastor ameaçado e falsas calúnias sendo lançadas ao vento

pelo inimigo. O ano de 2012 na Adud foi intitulado “O Ano de Gideão”,<sup>21</sup> e seu lema central era: “Pelo Senhor e pelo nosso Pastor”; no hino oficial, a congregação cantava: “Junta o povo Gideão / Chegou a hora de lutar / Grande vai ser a escolha, os covardes e medrosos / Do caminho irão voltar”. Comemorando 22 anos, a igreja conclamava os verdadeiros fiéis, aqueles que não se acovardaram diante da batalha. Assim como na história bíblica de Gideão, afirmava-se que muitos iriam desistir, mas os poucos que ficassem seriam os mais fortes e corajosos.

Mesmo sendo o tema da batalha espiritual recorrente em cultos pentecostais (Mariz, 1999), aquele ano foi diferente na Adud. Além de uma retórica, havia ali uma estratégia de guerra. Um dos pastores convidados como pregador durante os cultos do aniversário da igreja leu os seguintes versículos bíblicos tomados como base para a sua “palavra”: “Naquele mesmo dia chegaram uns fariseus, dizendo-lhe: Sai, e retira-te daqui porque Herodes quer matar-te./E respondeu-lhes: Ide e dizei àquela raposa: Eis que eu expulso demônios, hoje e amanhã, e no terceiro dia sou consumado”. Por quase uma hora, o pastor construiu cuidadosamente a imagem da raposa, da raposa da calúnia, da raposa covarde. Com um hábil exercício de retórica, o pregador criava imagens da raposa fraca e do pastor forte, conclamando a congregação a defender o seu pastor: “Daniel [pastor bíblico] fez a diferença: ao invés de pensar ‘é só mais um drogado, deixa morrer’ – o pastor vê a ovelha sangrando e diz ‘é minha’ – eu luto pelo que é meu. Pode não valer nada para a sociedade, mas para mim vale! Lute pelo que é teu! Defenda esse ministério! Defenda seu pastor!” Após essas falas incendiárias do pregador, o culto foi encerrado com mais de setecentas pessoas de pé, braços elevados, gritando fervorosamente glórias e aleluias, conclamadas por aquele pastor visitante que dizia: “receba glória, receba poder, dá glória que eu tô vendo a raposa fugir, dá glória que eu tô vendo a raposa fugir!!!! Vai, vai, fora raposa, raposa da calúnia!!!”

Enquanto os pregadores convidados para esta série de cultos em homenagem ao aniversário da igreja em 2012 abusavam de metáforas para falar de José Júnior, o pastor Marcos procurou evidenciar pessoalmente sua coragem ao dizer com todas as letras, do púlpito, o nome da “raposa”: “José Junior:

ainda vou ver aquele homem pregando no púlpito! Rogério Menezes: vouvê-lo dentro da igreja. Não vou ver morto nem humilhado. Ovelhas minhas vão levantar, ou tu tá pensando, capeta, que vai botar ódio no meu coração? – Pai perdoa... eles não sabem o que fazem...”. Rogério Menezes é um ex-membro da Adud que atuou dezessete anos ao lado de Marcos e protagonizou com José Junior as denúncias na mídia contra o pastor.

É interessante a passagem de pessoas entre esses dois projetos em disputa. A associação de ex-membros da Adud com o AfroReggae evidencia certa circulação entre as pessoas que atuam nesses dois grupos. Feijão, ex-traficante carioca convertido em ator no filme *5 x Favela*,<sup>22</sup> aproximou-se da Adud durante seu período de encarceramento. Quando saiu da cadeia ingressou na igreja do pastor Marcos, aparecendo em diversos vídeos da Adud à época, mas depois afastou-se da igreja e se aproximou do AfroReggae, cujo contato o levou a atuar no filme já citado. Relevante perceber que a conversão de Feijão nos dois projetos se deu em frente às câmeras, em vídeo e filme. Conheci ainda um membro da Adud, envolvido no setor musical da igreja, que estava em fase de transição para trabalhar com os shows do *Conexões gospel* do AfroReggae. Experiente liderança da igreja, este rapaz afirmou que enfrentava à época um certo desgaste em sua relação com a Adud e com o pastor Marcos – sempre falando genericamente, sem especificar razões – e que desejava começar um novo projeto. O *Conexões gospel* parecia-lhe, então, um caminho interessante e “não muito diferente”.

Se na escala dos projetos o trabalho do tempo produziu convergências e conflitos, aproximações e distanciamentos em períodos específicos, também na escala da vida dos participantes desses projetos, de suas trajetórias pessoais, o trabalho do tempo criou diferentes fases que, muitas vezes, resultavam no trânsito entre esses dois grupos aqui analisados: fases para estar em um, fases para estar no outro, de acordo com as circunstâncias e com as configurações políticas, midiáticas, urbanas e sociais. Na fase imediatamente após a saída do cárcere, muitas vezes a comunidade moral da igreja é um porto mais seguro, mais legítimo e protegido do que o projeto social dentro da favela. Na fase de maior estabilida-

de e de busca por profissionalização, a *expertise* e as entradas favorecidas pela ONG para o mundo do trabalho são mais efetivas. Dentro do campo de possibilidades (Velho, 2003) para atores sociais de certas periferias urbanas, o grupo cultural e a igreja ocupam espaços diferentes, mas bem mais próximos do que se imagina.

### **Uma mídia agressiva contra a violência**

Inspirada pela perspectiva de uma antropologia da mídia, procurei privilegiar nesta análise um olhar atento aos meios de comunicação de massa e às mediações acionadas pelos projetos da Adud e do AfroReggae como uma via central para compreender o contexto de conexões e rupturas entre projetos tão próximos e tão distantes.

Considerando a mídia – sua produção, difusão, recepção e representação – uma prática social (Ginsburg, Abu-Lughod e Larkin, 2002), analiso as formas como as pessoas usam e dão sentido às diferentes tecnologias midiáticas, tendo em mente trabalhos etnograficamente informados, historicamente baseados e sensíveis aos diferentes contextos (Askew e Milk, 2002). Este campo específico da pesquisa antropológica enfatiza o significado sociocultural do cinema, da televisão, do vídeo, do rádio e da internet como parte da vida cotidiana em praticamente todos os cantos do mundo, discutindo questões teóricas e metodológicas suscitadas por este interesse. Analiso como consumidores e produtores estão imbricados em universos discursivos, situações políticas, circunstâncias econômicas, cenários nacionais, momentos históricos e fluxos transnacionais, refletindo acerca dos modos pelos quais a mídia permite e desafia o poder e o ativismo, assim como o impacto de tecnologias na produção de identidades individuais e coletivas (Ginsburg, Abu-Lughod e Larkin, 2002).

A referência às produções midiáticas dos mais diversos grupos está cada vez mais presente nos trabalhos antropológicos que têm por foco a cidade, a religião, a juventude e os movimentos sociais. No entanto, tal referência nem sempre é acompanhada pela análise antropológica da mídia, que a toma como um dos elementos centrais da dinâmica das relações sociais.

Os projetos da Adud e do AfroReggae têm na mídia uma de suas principais mediações com a sociedade. Além de via de divulgação dos dois projetos, creio que o arsenal midiático ali empregado seja uma de suas principais armas na luta contra a violência, daí a necessidade de uma investigação mais cuidadosa dessas iniciativas. As práticas da Adud e do AfroReggae ocorrem através da mídia, com a mídia e para a mídia. Por isso, o conflito entre as duas instituições também irrompeu nos meios de comunicação com um sem número de recursos midiáticos envolvidos.

Comecemos pelo AfroReggae. O grupo iniciou suas atividades entrando em confronto direto com o tráfico de drogas em diversos territórios cariocas, isso é, música, teatro, educação e esporte foram suas principais “armas”. A produção audiovisual documenta e divulga todas as ações do AfroReggae: lado a lado de cada nova iniciativa encontra-se uma câmera que registra cada ação. Este braço audiovisual ampliou sua capacidade de difusão ao voltar-se para os meios de comunicação de massa. O principal exemplo dessa amplificação foi o programa *Conexões urbanas*,<sup>23</sup> veiculado pelo canal de TV a cabo Multishow de 2008 a 2016.

O *Conexões* difundia a ideia de que era preciso conversar para entender a realidade da violência e criar vias de transformação da sociedade. Eram comuns nos programas as imagens de José Júnior sentado com bandidos mascarados, armados, conversando com eles sobre a questão da violência e, sobretudo, sua relação com a injustiça social e a pobreza. A proposta foi gradativamente se ampliando, e novos temas foram incorporados a este repertório inicial. “Muito além da violência” – com esse slogan a temporada de 2012 tratou de temas como homofobia, lei seca, polícia, mundo gospel, entre outros. Essa ideia vinculada a apresentações tão diversificadas fez com que a imagem midiática de José Júnior fosse recoberta de uma aura de coragem e valentia, marcada por um tom de assertividade, virilidade e, por vezes, certa agressividade. “Aqui no AfroReggae a gente não tem essa, na verdade, de ficar passando a mão na cabeça. É um trabalho sério e a gente prefere cortar na carne”.<sup>24</sup>

José Júnior buscava exibir a força necessária, mas também certa “malandragem”, para dialogar

com bandidos e policiais sem ser tomado por “otário”. Apoiava-se na legitimidade de quem conhece a favela, mas escapou do mundo do crime fazendo-se um cidadão de bem, esclarecido e engajado na causa da transformação da sociedade. Tudo isso sem perder o conhecimento adquirido em suas vivências da pobreza, da desigualdade e da injustiça social. É, portanto, capaz de fazer o papel de intermediário, de mediador entre os mundos do crime e da cidadania.

Pessoa-personagem que habita entre mundos moralmente controversos, José Junior não consegue evitar as ambiguidades que esta imagem também carrega. Fortemente vinculado a uma propagação em larga escala de sua imagem, para muitos José Júnior é mais “midiático” do que efetivo em suas ações sociais. Sua imagem é, para certos grupos, pura fachada, muito “estilo” e pouco conteúdo. Ele seria, nessa perspectiva, o maior beneficiado dos projetos que promove. Celebridade do mundo “social”, José Junior está à frente de um dos projetos de maior sucesso na articulação entre a mídia e os projetos sociais em andamento no Brasil atualmente.

Para além de seu protagonista, a linguagem audiovisual do *Conexões urbanas* tem perfil próprio. Dinâmico, com sequências de imagens que exibem uma cidade pouco conhecida para determinados grupos, entremeada com movimentos, luzes, sombras, cores e cinzas, o *Conexões* integra um conjunto de produções sobre as cidades e suas margens com identidade visual própria, advinda da linguagem da rua e da arte da rua, do *hip hop* e do grafite, sempre produzido com alto nível de qualidade visual e um roteiro assertivo em suas intenções. Linguagem agressiva, forte, violenta em suas cores e ângulos: armas, favelas, rostos cobertos, corpos prontos para a luta, ruas, tanques. Ex-bandidos, comandos, policiais, ex-milicianos, todo este arsenal de guerra se reuniu no programa em nome da paz.

O trabalho profissional de audiovisual do AfroReggae com o tempo consolidou-se como uma das principais frentes de trabalho do grupo. Em 2016, ao encerrar o programa *Conexões urbanas*, o grupo anunciou a criação do AfroReggae Audiovisual. A nova produtora traz o AfroReggae como sócio (não sendo mais, portanto, um projeto exclusivo dessa ONG), junto com um grupo de pessoas liderado pelo ex-presidente do Banco Central, Armínio

Fraga, e o Funcine Investimage I, coordenado por Thierry Perrone. José Junior é responsável pela parte criativa da nova produtora; Sérgio Sá Leitão, ex-secretário municipal de Cultura do Rio de Janeiro, é o diretor executivo; Christian de Castro, diretor financeiro; Luis Erlanger, jornalista, ex-funcionário da TV Globo, é diretor de Projetos, além de produtor e roteirista.

O percurso histórico do AfroReggae tem um enredo exemplar sobre os caminhos possíveis às organizações da sociedade civil no Brasil e, em especial, no Rio de Janeiro. Criado em 1993, o grupo apresentava-se como um movimento social em resposta à chacina de Vigário Geral. Por muitos anos resistiu à sua formalização como organização não governamental, evitando uma profissionalização exagerada de suas iniciativas. No início dos anos 2000, ao completar dez anos, o AfroReggae começou a consolidar-se como organização cultural atuando em parceiras privadas e estatal. Em 2012, perto de completar vinte anos, a entidade arrecadou 20 milhões de reais para seus quarenta projetos sociais. Os recursos vieram de empresas como o banco Santander, a empresa de cosméticos Natura e a Petrobras, além daqueles advindos dos governos municipal e estadual.<sup>25</sup> José Júnior foi apresentado em uma reportagem da revista *Exame* daquele ano como “o rei das ONGs”. A criação da produtora AfroReggae Audiovisual, em 2016, foi o auge da organização no campo dos negócios, conjugando forças oriundas do mercado financeiro, da gestão pública e das empresas de mídia no Brasil. Hoje, é a maior referência no Brasil como órgão que proporcionou a efetivação das iniciativas de moradores de favelas não só do ponto de vista social, como também de negócio, cumprindo, pois, todas as etapas de um projeto de empreendedorismo social. “Conseguimos conectar uma equipe de acionistas e executivos campeões. Seremos uma produtora qualificada, diferenciada e competitiva. Além da contribuição cultural para tv e cinema, conquistaremos a sustentabilidade para nossos projetos sociais, nossa razão de ser” – explica José Junior.<sup>26</sup>

Passemos à Adud, e à análise das ações do pastor Marcos na mídia. A Assembleia de Deus dos Últimos Dias tem um braço midiático denominado Adud Record, por muitos anos chamado de Adud

Produções. Suas duas principais frentes são vídeos (DVDs) e CDs. Para os objetivos desta análise, enfoco sua produção audiovisual. Todas as ações da Adud, dentro e fora da igreja, são filmadas; abundam na internet vídeos do pastor em presídios, delegacias, cultos e favelas, que podem ser encontrados no próprio canal oficial da Adud no youtube, ou em canais que postam e disseminam essas imagens.

Comparando com produções mais antigas, é perceptível a melhoria de qualidade e o desenvolvimento de estilo dos trabalhos atuais. A filmagem dos cultos resulta em várias frentes: transmissão nas TVs de tela plana distribuídas no templo, transmissão ao vivo pela internet no site da Adud e, por fim, produção e venda do DVD imediatamente após o final dos cultos. Com duas a três câmeras distribuídas no salão e mais duas a três pessoas na ilha de transmissão e edição, a equipe da Adud responsável pelas produções audiovisuais no cotidiano da igreja é formada exclusivamente por homens, em sua maioria entre 20 e 30 anos, que fazem parte do grupo de jovens “resgatados da morte” pela igreja. Todos executam suas ações de terno, dominam a *expertise* dos equipamentos e participam efetivamente do culto, uma vez que o ritual comprehende de maneira simultânea o que é filmado, assistido e vivido.

Diferentemente das imagens claras e mais estáticas dos cultos na igreja, os vídeos externos são realizados com uma linguagem dinâmica, com mais movimento e fortemente marcados pela emoção. Há três locações preferenciais: prisões, delegacias e favelas. A luz e as cores da igreja são substituídas nessas produções pela escuridão e a cor acinzentada dos becos e vielas da cidade. A luz da vida na igreja – contrastada nas imagens divididas na tela – é contraposta e justaposta à escuridão da vida pecaminosa. Corpos feridos e maltrapilhos opõem-se a corpos cuidados e vestidos, simbolizando sua redenção e salvação em Cristo (Birman e Machado, 2012).

Os vídeos da Adud não têm a mesma qualidade audiovisual da mídia televisiva, pois se trata de produção local, com pequena difusão em sua versão em DVD, mas que é consideravelmente ampliada pela internet. A atração que os vídeos da Adud exercem no público em geral se dá pelo exotismo das performances do pastor Marcos – com seu paléto que derruba bandidos armados, tiros com a Bí-

bla, sopro que faz retornar endemoniados –, bem como pelo clima de aventura, coragem e espanto suscitado pela entrada do pastor e seus missionários em favelas e becos escuros para resgatar pessoas a beira da morte, entre traficantes armados e famílias desesperadas – sempre com um final feliz. O potencial atrativo dessas imagens e seu conteúdo fez com que as ações do pastor fossem conhecidas em nível nacional e os vídeos da Adud Record incorporados em programas da mídia que falam – bem ou mal – de seu trabalho. Esses vídeos fizeram parte da reportagem do *Fantástico* (Globo) sobre o pastor Marcos em 2008, bem como dos dois programas do *Conexão repórter* (SBT) – 2010 e 2012 –, ambos apresentados por Roberto Cabrini.

Os vídeos da Adud são atualmente referências que circulam em todo o país; são vistos e comentados por diferentes públicos; são produzidos nos mais diversos lugares – na igreja, na delegacia, na prisão, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, na favela, na TV, na internet, em casa, na rua. Sumiala (*apud* Morgan, 2008), ao discutir a centralidade da relação entre circulação e mídia na sociedade de rede, afirma que a anatomia da circulação mediada consiste em um número de encontros com diferentes atores: novas e velhas mídias, imagens, textos, espectadores, sujeitos, locais, consumidores, vendedores, mercados, especialistas, jornalistas, produtores. A autora reforça a ideia de que uma análise da anatomia midiática da circulação permite compreender como esses encontros são construídos na mídia e nela engajam modos próprios de contemplação (*gaze*), reconhecimento, identificação e imaginação. Ela destaca, ainda, a circulação de referências religiosas e sua relação com as categorias citadas: contemplação, reconhecimento, identificação e imaginação. O processo de circulação, afirma Sumiala, pode ser descrito como uma cadeia infinita de associações e relações desenvolvidas nesses encontros.

Contudo, ao contrário do AfroReggae, a Adud Record não expandiu suas ações ao longo dos últimos anos. Certamente o desgaste do pastor Marcos Pereira após o conflito com José Júnior teve por efeito certo recolhimento das ações da igreja. No setor fonográfico, a Adud Record perdeu um de seus principais nomes, a cantora Elaine Martins, que foi contratada pela MK Music, a maior gra-

vadora brasileira de música cristã contemporânea, este sim um caso de sucesso do que poderíamos chamar de “empreendedorismo gospel”.<sup>27</sup> Apesar disso, a Adud continua sendo um caso exemplar do uso da internet como elemento central de seu ministério com a transmissão de cultos online, forte presença e uso das ferramentas das mídias sociais.

### ***Contra o império do mal e a blindagem da mídia***

Adensando a análise do conflito entre o pastor Marcos e José Júnior, tomarei por base dois produtos midiáticos: o vídeo *Contra o império do mal*<sup>28</sup> produzido pelo AfroReggae e o programa *Conexão repórter*, sobre o pastor, intitulado *Um homem na linha de fogo*, ambos de 2012.

A denúncia de José Júnior contra o pastor teve como estratégia a difusão midiática. José Júnior primeiramente fez suas denúncias na mídia e só depois disso dirigiu-se a uma delegacia, já acompanhado pela imprensa, para formalizar sua queixa de que Marcos estava colocando sua vida em risco nas favelas do Rio de Janeiro.

Todo o arsenal midiático do AfroReggae voltou-se, então, contra o pastor. O mesmo grupo que fez o *Conexões Urbanas* de 2008, divulgando de forma elogiosa a obra de Marcos Pereira, produziu, em 2012, um vídeo-denúncia postado na internet. *Contra o império do mal* traz imagens do pastor feitas pela igreja mescladas às imagens acusatórias feitas por ex-bandidos e ex-membros da igreja, em entrevistas cedidas a José Júnior. Os entrevistados aparecem de costas ou de rostos cobertos, com vozes distorcidas, deixando implícito que estariam correndo risco ao fazer tais denúncias. Pessoas, segundo elas mesmas, diretamente envolvidas nos casos alegam que o pastor haveria solicitado a bandidos de favelas cariocas que provocassem rebeliões e conflitos na cidade e depois pedissem sua presença como mediador. Em um dos depoimentos, a acusação é de que Marcos haveria mandado matar uma pessoa. A denúncia das mulheres, ex-membros da igreja, é de abuso sexual por parte de Marcos Pereira.

As imagens cuja origem são as filmagens feitas pela própria igreja sofrem, no roteiro do AfroReggae, uma inversão moral. Recortadas e entrecortadas

com outras imagens, viram-se contra o pastor, daí o poder do trabalho de edição. E não é difícil pensar em uma edição desse tipo, tendo em vista a intensidade performática do pastor: falas, movimentos, exorcismos, recursos (paletó, sopro, Bíblia como arma), profecias. Tudo é feito de forma muito enfática e energética, permitindo que, fora de contexto, se torne totalmente caricatural. As pregações aos berros, com movimentos fortes e brutos, que no contexto da igreja representam sua força divina e salvadora, aparecem no vídeo do AfroReggae como confirmação de seu potencial de perigo e violência – sua maldade.

Esse vídeo não circulou nos meios de comunicação de massa, apenas na internet. Circularam, por sua vez, reportagens em jornais impressos e *on-line*, atraídos pela figura de José Junior. Em uma dessas reportagens, José Júnior afirmou: “Deus sempre me protegeu, mas vocês da imprensa me blindam pra caramba, porque divulgam o AfroReggae”.<sup>29</sup> Protegido por Deus e blindado pela imprensa: esta conjugação concreta entre religião e mídia opera como uma couraça poderosa em torno de José Júnior – a mídia atuando como uma arma divina contra o falso profeta e protetora do mensageiro da justiça. Da perspectiva da igreja, são os meios de comunicação locais que atuam como arma divina. Na grande imprensa, a situação do pastor é complicada e ambivalente. Em geral, suas imagens são exibidas na fronteira tênue entre o reconhecimento de seu trabalho e o exotismo das performances. Raramente o que se vê tem cem por cento de reconhecimento. Talvez, ironicamente, o programa *Conexões urbanas* do AfroReggae de 2008 tenha sido um desses raros momentos.

O programa *Conexão Repórter* do SBT, apresentado por Cabrini, em seus dois episódios sobre o pastor Marcos, fez uso de forma bem diferenciada do material midiático elaborado pela própria igreja. No primeiro episódio, de 2010, anterior portanto às acusações públicas de José Júnior, Marcos Pereira é apresentado imerso nas controvérsias que sempre o marcaram: “Quem é este homem? Intrigante... Para alguns o líder de uma igreja com um dom especial: o de limpar a alma de homens violentos. Para outros um homem que carrega diversas acusações” (discurso de Cabrini na abertura do programa). Na sequência do roteiro ficava evidente que as acusações diziam res-

peito ao limite de seu efetivo envolvimento com o crime. Pastor Marcos apresentou no programa sua “arma” neste combate – a Bíblia, uma “arma de sessenta e seis calibres”, em suas palavras (em referência aos sessenta e seis livros da Bíblia) –, com a qual muitas vezes “atira” contra pessoas que caem endemoniadas.

No segundo episódio, de 2012, “Um homem na linha de fogo”, acentuaram-se o lado polêmico do pastor e as denúncias de José Júnior. Na abertura do programa ouve-se a voz de Cabrini: “Tudo em nome do Senhor. As várias faces de um homem. – Quem é o Pastor Marcos Pereira para o senhor? [pergunta Cabrini a Rogério Menezes – ex-membro da Adud]. – Para mim hoje é um falso profeta, um anticristo, um psicopata”. Essas palavras apontam explicitamente a mudança do argumento. Se no primeiro episódio o pastor era um “mistério” que instigava certa curiosidade, agora ele desperta desconfiança, legitimada pelo depoimento acusatório daquele que foi uma de suas principais lideranças na Adud.

No primeiro, as imagens foram mantidas mais próximas às intenções da igreja, como expressão da eficácia de suas ações e da força do pastor; no segundo, o trabalho de edição atuou no sentido de despertar desconfiança sobre as ações e expressões do pastor. Ainda no segundo episódio, o esforço do apresentador em mostrar a neutralidade da reportagem fez com que a edição alternasse imagens e entrevistas referentes aos dois lados da história. O ponto de partida, no entanto, são os depoimentos daquele que o acusa: “– [José Júnior] Tenho certeza que ele é uma bactéria, um vírus, que entra na mente de traficantes para que façam aquilo que ele quer. – [Cabrini] E o que ele quer? – [José Júnior] Ele quer aparecer. Ele quer o poder”.

Essa fala de José Júnior mostra que a mídia ocupa um papel central na “cena do crime” pelo qual o pastor é acusado – “querer aparecer”. Vale lembrar que esta mesma acusação é muitas vezes aplicada a José Júnior. Mas em que medida eles podem ou não ser acusados por isso? O argumento é moral. Aparecer para divulgar um trabalho legítimo é aceitável e louvável; aparecer “por aparecer”, sem nada de concreto a difundir, nenhuma mensagem ou obra significativa, este é o pecado. O maior delito nos dois casos seria justamente forjar uma obra apenas para aparecer.

Se o vídeo *Contra o império do mal* não chegou à grande imprensa, o *Conexão Repórter* foi a face de grande difusão das denúncias. A diferença é que neste programa, Marcos foi convidado a responder as denúncias. Voz em off de Cabrini: “Para o pastor acusado, trata-se de uma guerra espiritual. – Pode perguntar o que quiser [diz pastor Marcos] – Posso perguntar o que quiser? Não tem restrição, não tem censura? [pergunta Cabrini] – Pode perguntar o que quiser [repete pastor Marcos]”. Esta cena se passa no escritório do pastor, na igreja, com a presença de alguns membros da Adud. Dali, ele seguiu para o salão do templo, local escolhido para a entrevista.

Todos entram juntos no salão, repleto de membros da igreja. O pastor diz que achou melhor que eles dessem essa resposta juntos. Se foram apresentadas testemunhas contra ele, Marcos Pereira quer mostrar um exército a seu favor – os *trezentos de Gideão*. Além disso, quer garantir que os membros de sua igreja escutem toda a entrevista ao vivo, pois desconfia de possíveis distorções. “Pelo Senhor e pelo nosso Pastor”. A Adud Records filmou a entrevista e publicou sem cortes seu ponto de vista no Youtube. Comparada com a reportagem que foi ao ar, é evidente a edição que desfavorece o pastor.

A reação institucional da igreja à reportagem de Cabrini foi ambígua. Houve críticas ao resultado final, mas também o programa foi divulgado, visto que se tratava de oportunidade única de defesa do pastor na mídia. Grupos menores, que não conseguem facilmente aparecer nos meios de comunicação de massa, ocupam espaços de visibilidade desconfortáveis, espremidos entre ridicularização (Machado, 2012) e acusação pública, mas, às vezes, esta é a única maneira de garantir sua visibilidade. Enquanto a entrada midiática de José Junior produziu reportagens em jornais, sites e TV, foram poucas as aparições do pastor Marcos na mídia, apesar das fortes denúncias contra ele. Sem dúvida o programa de Cabrini foi sua grande oportunidade nesse sentido.

Em março de 2013, Marcos foi preso pelas acusações de estupro; em setembro, foi julgado e condenado a quinze anos de prisão. O pastor que há mais de dez anos estava proibido de realizar cultos nas prisões cariocas, foi encarcerado no Complexo de Bangu e depois transferido para a

penitenciária Ferreira Vieira Neto, em Niterói. Durante o período em que esteve preso, a igreja glorificava suas ações voltadas para os outros condenados, interpretando esse momento como uma missão que lhe teria sido dada por Deus para salvar aqueles que precisavam de redenção. Por outro lado, a igreja também clamava por justiça, o que da perspectiva da igreja aconteceu. Em 24 de dezembro de 2014, Marcos foi colocado em liberdade. Os detalhes do processo que condenaram o pastor são tão obscuros quanto os que o libertaram, tal como analisado por Sampaio (2014). Quase dois anos depois de ter sido solto, ele continua em liberdade, liderando sua igreja.

Em julho de 2016, em vídeo postado no Facebook, o pastor afirmou ter sido absolvido das acusações contra ele, mostrando um documento, segundo ele emitido pelo desembargador Sidney Rosa da Silva, que o inocenta. Em suas palavras: “A televisão, a Globo e as demais emissoras não mostraram que eu fui absolvido do tráfico e da associação ao tráfico e de todos os meus processos...”. “A Bíblia diz que nenhuma arma forjada prevalece contra o servo de Deus e eu pastor Marcos Pereira, estou mostrando pela justiça dos homens e pela justiça de Deus que eu sou um homem lavado e remido. As línguas e as fofocas se levantam, mas agindo Deus, quem impedirá”.<sup>30</sup>

Em meio a esta batalha épica do bem contra o mal nas periferias cariocas, elementos importantes não apareceram nem na grande imprensa, nem na imprensa local, mas foram relevantes na explicação das intenções e disputas que se passaram. O primeiro foi a disputa entre o AfroReggae e a Adud pela posição de instituição mediadora da relação entre os moradores das periferias, o mundo do crime e os agentes estatais que atuam no Rio de Janeiro. Os dois projetos atuaram praticamente nos mesmos espaços e com as mesmas pessoas na primeira metade da década de 2010: presídios e presidiários, no momento da saída do crime, em favelas, com populações “em risco”, em territórios de pobreza, nas margens do estado (Das e Poole, 2004).

A relação com o Estado foi, possivelmente, a maior disputa em questão. José Júnior e Marcos Pereira, cada um a seu modo, batalharam arduamente na construção de uma relação com o Estado, dispu-

tando governos e produzindo governamentalidades (Foucault, 2008). A estratégia da Adud ao longo dos anos tomou um rumo específico nesse sentido: seus líderes e principais figuras passaram a concorrer a cargos públicos, com o objetivo inclusive de ocupar o Palácio Guanabara nas eleições previstas para 2014. Em 2010, a igreja tinha um candidato próprio ao senado pelo Rio de Janeiro, que apesar de não ter sido eleito obteve mais de um milhão de votos. Pouco antes do estouro midiático das acusações de José Júnior, o pastor Marcos recebeu em 2011 a Medalha Tiradentes da Assembleia Legislativa<sup>31</sup> (Projeto de resolução n. 1583/2010<sup>32</sup>). Nas eleições municipais de 2012, a Adud tinha um candidato a vereador na cidade do Rio de Janeiro e um candidato a prefeito na Baixada Fluminense. Em 2014, no entanto, extremamente desgastada com a prisão de Marcos, ainda encarcerado à época, a igreja não apresentou candidatos às eleições estaduais, nem para o Legislativo, nem para o Executivo.

Se a relação da Adud com o poder Legislativo é mais cotidiana e negociada, com o poder executivo é bem diferente. No governo de Garotinho (1998-2001), o pastor Marcos chegou a ser convidado para negociar com presos em uma rebelião na Casa de Custódia do Rio de Janeiro. Em 2003, já no governo Rosinha Garotinho, ele foi proibido de entrar nas penitenciárias do Rio de Janeiro pelo então secretário de Estado de Administração Penitenciária, Astério Pereira, e assim continua até hoje.

Quanto ao AfroReggae, em contrapartida, a relação é de muita colaboração. Nos últimos anos consolidaram-se parcerias institucionais no âmbito da Secretaria de Trabalho e Renda, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Saúde, Secretaria de Cultura, entre outras. A atuação do AfroReggae no campo da cultura e na formulação de projetos sociais consolidou também sua *expertise* na captação de recurso e o estabelecimento de parcerias com o setor privado. A empresa Natura estabeleceu com o AfroReggae uma experiência de colaboração que já dura alguns anos; o banco Santander também destacou-se nos últimos anos pelas parcerias com a ONG; atualmente a abrangência aumentou, com parceiros como Ambev, Itaú, Odebrecht, Globosat, Fundação Roberto Marinho, Convênio Fiesp,<sup>33</sup> entre outros. A articulação do AfroReggae com o

poder estatal tem, portanto, a forma privilegiada da triangulação entre o setor público, o financiamento privado e a operação ativa da ONG.

### Considerações finais

Este artigo apresentou elementos descritivos e analíticos de uma coreografia dos atores nas tramas urbanas das periferias cariocas, que evidenciam modos de articulação variáveis no tempo, na conexão dos atores, na produção de conflitos e em sua inscrição territorial. Supostos estranhamentos em relação a articulações e dissociações tomadas como “inusitadas”, em geral, retratam interpretações apressadas sobre campos de atuação aparentemente delimitados de instituições e atores sociais e suas associações mais previsíveis. Com base no caso da relação entre o AfroReggae e a Adud, procurei demonstrar que o emaranhado social urbano é intensamente produtivo de associações e dissociações situacionais e circunstanciais. Financiamentos ou parcerias com o Estado ou com o setor privado são um indicador analítico extremamente profícuo.<sup>34</sup>

Outro relevante aspecto dessa coreografia é a produção cíclica da expansão e da contração de projetos. A cada configuração de forças, grupos particulares propagam-se, garantindo a expansão de suas atividades e uma maior visibilidade de suas ações; por outro lado, outras configurações se expressam na restrição de certos atores, que recolhem suas iniciativas, redefinem seus limites e reformulam seus objetivos. Por vezes, a mudança da escala das ações de atores é tão significativa que eles passam a ocupar campos muito distintos, onde qualquer possibilidade de relação (associativa ou conflitiva) se desfaz. Em 2016, por exemplo, as posições institucionais do AfroReggae e da Adud foram tão divergentes que suas relações praticamente desapareceram da cena pública, mesmo as mais conflitivas. Daqui a alguns anos, talvez, os nomes de José Júnior e Marcos Pereira não guardarão praticamente mais nenhuma articulação visível.

As conexões mobilizadas pelo Grupo Cultural AfroReggae ao longo de sua trajetória institucional estruturaram-se em ações de grande porte no formato de “negócios”, apoiados no financiamento priva-

do, na *expertise* das parcerias com gestores públicos, na legitimidade relativa à historicidade do grupo como movimento social e na poderosa ação simbólica baseada nas estratégias dos setores da comunicação de massa no Brasil. Onde antes havia apenas “parceiros”, hoje o AfroReggae tem “sócios”. A consolidação dessas estratégias macropolíticas, por outro lado, vem agindo de forma ambígua nas ações locais e territoriais ligadas às origens do grupo, e gradativamente parecem se esvanecer e esgarçar.

As rupturas da Adud com parceiros do mundo secular (como o AfroReggae), o desgaste na mídia e no espaço público com a prisão do pastor Marcos e a blindagem política que inviabilizou qualquer tentativa de composição com o poder Executivo (seu primeiro parceiro político, durante o governo Garotinho), tudo isso obrigou a igreja a lidar com sua contração, rever seus objetivos e formular novas estratégias. Não conseguindo se expandir, a instituição procurou, então, reforçar suas bases. No período do aprisionamento de Marcos Pereira, houve um intenso trabalho interno para defender o pastor, tendo em vista que no espaço público a luta já estava perdida e o pastor Marcos, na mídia, tinha se transformado em uma caricatura. Sua libertação, para a igreja, foi a confirmação divina da legitimidade de sua missão e a prova de que a justiça de Deus sempre prevalece.

Feito o “dever de casa” nas bases, a Adud voltou-se para o público externo, buscando seus parceiros mais “fiéis”: os políticos do Legislativo que lutavam explicitamente pelos projetos evangélicos na arena pública. Se antes a Adud tentava fortalecer seus próprios nomes e sonhava chegar ao palácio Guanabara, em 2016 a instituição ofereceu-se como base de nomes já estabelecidos no Legislativo, como o pastor Marcos Feliciano, que exerce, atualmente, mandato de deputado federal.<sup>35</sup> Em liberdade, Marcos Pereira estreitou os laços com Feliciano, que naquele momento delicado se manteve a seu lado e passou a falar na Adud com bastante frequência. Em meados de 2016, quando também Feliciano foi acusado de estupro, os laços entre eles tornaram-se ainda mais estratégicos e simbólicos. Marcos Pereira já havia passado pelo “vale sombrio” do escárnio público, e a estratégia de fortalecimento de sua imagem nas bases da igreja estava dando

bons resultados; Marcos Feliciano seguiu, então, o mesmo caminho, intensificando seu pastorado nos ministérios evangélicos que atuam nas periferias do Rio de Janeiro, entre eles a Adud. O fortalecimento e a continuidade das relações vigorosas e cotidianas entre os membros das igrejas possibilitaram a esses líderes religiosos e políticos sedimentar ali a certeza de sua coragem, honestidade e fidelidade, deslocando para segundo plano qualquer especulação sobre sua responsabilidade em relação às denúncias que lhes foram direcionadas.

O trabalho do tempo produziu efeitos diametralmente diferentes nos projetos do AfroReggae e da Adud. Se no início dos anos 2000 o encontro entre esses projetos se deu pela convergência de seus objetivos e práticas, hoje o AfroReggae encontra-se em um ciclo expansionista ascendente, mas significativamente distante de suas bases, enquanto a Adud vivencia uma etapa de recolhimento após importante derrota no espaço público, mas procura firmar profundas raízes em seu público direto, em seus territórios de circulação, e investindo ainda em conexões subterrâneas entre ministérios evangélicos parceiros, que dão frutos não só no seu quintal, mas adubam o solo de estratégias nacionais.

Concluo este artigo reforçando a dimensão analítica do tempo na coreografia dos atores nas tramas urbanas das periferias. Não há como prever seus próximos passos, nem é este nosso ofício como cientistas sociais. Mas há como esperar por seus próximos movimentos, já que a certeza geral que deste estudo se extraí é de que, entre as permanências que se identificam nesse quadro, a principal delas é a presença contínua dos processos de mudança, dos rearranjos das relações e de reconfigurações nas alianças e nos conflitos.

## Notas

1 A ideia de “trama dos viventes” vem operando nas análises formuladas por este coletivo de pesquisadores como uma via criativa de reflexão sobre o social, privilegiando menos as formulações ordenadoras, e mais as práticas e estratégias dos atores, seus agenciamentos, improvisos, “virações”, que não constituem um *modus operandi*, mas um *modus vivendi* que opera a partir da reinvenção contínua, mas não repetitiva, de experiências e ações.

- 2 Usarei “estado” com letra minúscula quando me referir à abordagem de Das e Poole (2004) acerca do estado em suas margens, seguindo a sugestão das autoras de não reificação desta categoria e da discussão de seus modos variados de presentificação sob a forma de práticas, discursos, razões e mesmo contradições.
- 3 Projeto de Pesquisa “Crime e religião: mediadores sociais do projeto de pacificação da Região Metropolitana do Rio de Janeiro”, financiado pela Faperj – APQ1 – 2011-2013.
- 4 Vários estudos vêm sendo desenvolvidos no Rio de Janeiro sobre a política de pacificação. Destaco o dossier Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) – Cesis, organizado em dois volumes por Luiz Antonio Machado da Silva (Parte 1, 2014, e Parte 2, 2015) na revista Dilemas. Este dossier apresenta um sólido acompanhamento das práticas dos agentes policiais das UPPs ao longo dos oito anos do projeto de pacificação no Rio de Janeiro, nas mais variadas perspectivas: das práticas policiais, das representações na mídia, da sociabilidade nas favelas, entre outras.
- 5 O Programa Nacional de Segurança Pública (Pronasci), lançado em julho de 2007 pelo Ministério da Justiça, apresentava-se oficialmente como um programa destinado a “prevenção, controle e repressão da criminalidade, atuando em suas raízes socioculturais, além de articular ações de segurança pública com políticas sociais por meio da integração entre União, estados e municípios”. Disponível em <http://www.observatoriodeseguranca.org/seguranca/pronasci>, consultado em 15/4/2016.
- 6 Sobre as práticas do crime na gestão da violência, ver Feltran (2012).
- 7 Com base em suas pesquisas nas periferias de São Paulo e em sua percepção da presença expressiva de projetos culturais na cidade, afirma Rizek (2013, p. 33): “A questão que acabou se constituindo, então, diz respeito à gestão da vida, da sobrevivência e das expressões culturais que passariam a configurar um novo modo de pensar e gerir a pobreza e seus territórios, na perspectiva da inserção, inclusão, “autoestima”, antídoto e afastamento da violência e das drogas, etc., estratégias e políticas denominadas como “de juventude”. Ao lado da militarização silenciosa ou manifesta da gestão e dos territórios da cidade, essa parece ser uma inovação importante cujos sentidos é preciso indagar, já que é possível que, por meio desses projetos e dessa forma de gestão, sejam enredados públicos-alvo e agentes, trabalho associado e trabalho artístico como sujeitos e objetos de um mesmo processo de captação, de elisão e da deslegitimização do conflito”.

- 8 Sobre a chacina ver site <http://acervo.oglobo.globo.com/rio-de-historias/chacina-de-vigario-geral-deixa-21-mortos-8916848>, consultado em 18/9/2016.
- 9 Ver Birman (2012), Almeida e D'Andrea (2004), Mafra (2011), Almeida (2011), Vital da Cunha (2009), Mesquita (2009), Scheliga (2010), Birman e Machado (2012), Machado (2014a, 2014b), entre outros.
- 10 Destacam-se nesse campo de ações o Ibase, fundado em 1981, e o Viva Rio, de 1993.
- 11 Disponível em <http://multishow.globo.com/Conecoes-Urbanas/Sobre-o-Programa/>, consultado em 1/9/2012.
- 12 Sobre projetos de ressocialização de “ex-bandidos” ver Teixeira (2011).
- 13 Sobre a saída do crime, ver Teixeira (2015).
- 14 O projeto “Empregabilidade”, do AfroReggae, fechou seu primeiro ano com 486 pessoas empregadas, das quais 222 eram egressas do sistema penitenciário ou viviam na criminalidade. Desse total, 102 ainda estão na condicional”. Disponível em <http://www.afroreggae.org/uncategorized/projeto-empregabilidade-comemora-resultados-e-faz-planos-para-2010>, consultado em 14/8/2012.
- 15 Desde 2004, o pastor Marcos Pereira foi proibido de entrar nos presídios do Rio de Janeiro por suspeita de ligação com o grupo criminoso Comando Vermelho. As acusações contra ele até hoje não foram provadas. Atualmente, suas intervenções situam-se principalmente em delegacias e favelas no estado do Rio de Janeiro e em presídios fora do estado.
- 16 Entrevista dada por José Junior em agosto de 2011: “Vou falar uma coisa curiosa, lembra aquela fuga no Alemão? Devia ter o quê? Umas duzentas pessoas ali. Digo que mais de 50% nunca passaram por uma delegacia. O Celino e o Marcos, que hoje trabalham no Conexões Urbanas, nunca foram presos, nunca foram condenados, porque sequer foram fichados. Tem um cara que eu já tirei do crime que nunca foi preso. Ele era dono de favela, chefão do narcotráfico. Isso acontece. Na verdade o que chama a atenção da polícia para um traficante é o fato de ele ser violento, de permitir roubo do lado de fora da sua região e quando tem funk de apologia a ele. Acontece que não tem traficante do bem, tem traficante menos mal”. Disponível em <http://180graus.com/gente/jose-junior-do-afroreggae-quer-que-traficantes-sejam-anistidos-449468.html>, consultado em 14/8/2012.
- 17 Diante do Trono é um dos grupos musicais evangélicos de maior sucesso no Brasil. Teve início em 1998 em Minas Gerais, na Igreja Batista da Lagoinha. Gradativamente o projeto Diante do Trono tornou-se autônomo da igreja e consolidou-se como um Ministério, ou seja, um programa de formação cristã e de evangelização em várias frentes, responsável pela organização de congressos para homens, mulheres e crianças, capacitação ministerial para jovens, entre outros aspectos. Sobre o Ministério Diante do Trono, ver <http://diantedotrono.com/>.
- 18 Sobre este evento, ver Machado (2013).
- 19 A irmã de Marcinho VP e tia dos jovens é membro da Adud.
- 20 Ver site <http://extra.globo.com/casos-de-policia/jose-junior-pastor-marcos-um-psicopata-4096419.html>, consultado em 13/8/2012.
- 21 A história bíblica de Gideão refere-se a uma batalha do povo de Israel contra os midianitas. O povo de Midiatânia possuía um exército de mais de cem mil homens, e Gideão reuniu trinta mil para a luta. O Deus de Israel, no entanto, desafiou Gideão dizendo que seu exército tinha homens demais, conclamando que ele confiasse em seu poder; ordenou então que Gideão reduzisse o grupo, chegando à cifra de trezentos homens. Com “apenas trezentos” Gideão venceu a batalha contra os midianitas e fez triunfar o poder do Deus de Israel.
- 22 *Cinco vezes favela, agora por nós mesmos* (2010) é um filme em cinco episódios, escrito, dirigido e realizado por jovens cineastas moradores de favelas do Rio de Janeiro e produzido por Carlos Diegues e Renata de Almeida Magalhães. Os temas dos episódios tratam sempre do convívio humano e social em cada comunidade abordada. Eles falam de ética e educação, amizade e amor, solidariedade e tolerância, família e comunidade, sem ignorar a violência e as dificuldades cotidianas de que sofrem seus moradores”. Disponível em <http://globofilmes.globo.com/filme/5xfavelaagora-pornosmesmos/>, consultado em 12/1/2017.
- 23 Antes de se tornar um programa de TV, o projeto Conexões Urbanas foi iniciado em 2001 como um circuito de shows gratuitos em favelas. “A Formiga é a primeira comunidade a receber o Conexões Urbanas com apresentações de Pé de Pano, Bonde do Vizinho, Furacão 2000, MV Bill, AfroReggae e Fernanda Abreu, em agosto. O Conexões é o maior circuito de shows gratuitos em favelas com a mesma estrutura, cenário, iluminação e palco das grandes casas de espetáculos e nas praias da zona sul carioca. A comunidade onde o evento é realizado também recebe investimentos sociais do poder público, como iluminação, saneamento e obras estruturais. Outros artistas que

- também passaram pelo palco do Conexões: O Rappa, Caetano Veloso, Xuxa, Marisa Monte, Gilberto Gil, Daniela Mercury, Zezé di Camargo e Luciano, Belo, Titãs, Cidade Negra, Paralamas do Sucesso, entre muitos outros". Disponível em <http://www.afroreggae.org/memoria>, consultado em 13/8/2012.
- 24 Vídeo institucional do AfroReggae em que José Júnior comunica a nova coordenação do projeto Empregabilidade. Disponível em <http://vimeo.com/31030233>, consultado em 16/8/2012.
- 25 Ver site <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1036/noticias/o-rei-das-ongs>, consultado em 17/9/2016.
- 26 Disponível em <http://www.afroreggae.org/blog/nova-produtora-do-afroreggae-entra-com-toda-forca-no-mercado-audiovisual/>, consultado em 17/9/2016.
- 27 Ver site <http://www.mkmusic.com.br/>, consultado em 16/9/2016.
- 28 Ver site <http://vimeo.com/38250073>, consultado em 29/8/2012.
- 29 Disponível em <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI5639571-EI5030,00-Lider+do+Afo Reggae+nao+morri+porque+sou+blindado+pela+imprensa.html>, consultado em 29/8/2012.
- 30 Vídeo postado no perfil pessoal do pastor Marcos Pereira no Facebook, em 30 de julho de 2016.
- 31 Ver site da Alerj: "existe um ponto em comum entre as 5.183 pessoas, civis e militares, representantes de grupos e instituições, que receberam a Medalha Tiradentes: segundo os parlamentares que as escolheram, todas prestaram relevantes serviços à causa pública. Desenhada às pressas para a comemoração do bicentenário da morte de Tiradentes, em 1992, a medalha que leva o nome do Alferes é a mais importante comenda do Estado do Rio de Janeiro". Disponível em <http://www.alerj.rj.gov.br/Busca/OpenPage.asp?CodigoURL=14938&Fonte=Dados>, consultado em 1/9/2012.
- 32 Disponível em <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro0711.nsf/10d6d451b00fd42b832566ec0018d836/8548e4c84e11feab832577d8005a4d48?OpenDocument>, consultado em 1/9/2012.
- 33 Disponível em <http://www.afroreggae.org/partners-nivel1/>, consultado em 18/9/2016.
- 34 Sobre este tema, ver as disputas em torno do reconhecimento da música gospel como manifestação cultural, analisadas por Sant'Ana (2013) e as questões acerca do edital do funk, discutidas por Facina e Passos (2015).
- 35 Marcos Feliciano foi eleito deputado federal em 2010 pelo Partido Social Cristão, sendo à época o segundo político evangélico com mais votos no país. Feliciano é pastor da Catedral do Avivamento, instituição religiosa fundada por ele, além de empresário evangélico, produtor de seus próprios livros, CDs e DVDs como cantor e pregador. Sua eleição para a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados em 2013 gerou controvérsias por conta das declarações polêmicas de Feliciano, principalmente em relação a temas como direitos dos homossexuais e aborto. Em 2016, o deputado foi acusado de assédio sexual.

## BIBLIOGRAFIA

- AGAMBEN, Giorgio. (2005), "O que é um dispositivo?". *Outra Travessia*, 5: 9-16, jan. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576/11743>, consultado em 18/9/2016.
- ALMEIDA, R. (2011), "Religião e desigualdade urbana". *Interseções*, 13 (1): 126-135, jun.
- ALMEIDA, R. & D'ANDREA, T. (2004), "Pobreza e redes sociais em uma favela paulistana". *Novos Estudos Cebrap*, 68: 94-106.
- ASKEW, Kelly & WILK, Richard R. (eds.). (2002), *The anthropology of media: a reader*. Malden, MA, Blackwell.
- BIRMAN, Patrícia. (2012), "Cruzadas pela paz: práticas religiosas e projetos seculares relacionados à questão da violência no Rio de Janeiro". *Religião e Sociedade*, 32 (1): 209-226.
- BIRMAN, Patrícia & MACHADO, Carly. (2012), "A violência dos justos: evangélicos, mídia e periferias da metrópole". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27 (80): 55-69.
- BIRMAN, Patrícia; LEITE, M; MACHADO, C. & CARNEIRO, S. (orgs.). (2015), *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro, FGV Editora.
- BRITTO, Angela & FERREIRA, Marietta (orgs.). (2010), *Segurança e cidadania: memórias do Pronasci*. Rio de Janeiro, FGV Editora.
- DAS, Veena. (1999), "Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14 (40): 31-42.

- DAS, Veena & POOLE, Deborah (eds.). (2004), *Anthropology in the margins of the State*. Santa Fe/Oxford, School of American Research Press/James Currey.
- ESPERANÇA, Vinícius. (2012), “Aviso: não dê dinheiro ao falso profeta, ligue para a UPP”. Trabalho apresentado no 25º Congresso da Sociedade de Teologia e Ciências da Religião. PUC-MG.
- FACINA, Adriana & PASSOS, Patricia. (2015), “‘Baile modelo’: reflexões sobre práticas funkeiras em contextos de pacificação”. Trabalho apresentado no V Seminário Nacional de Políticas Culturais, Funcação Casa de Rui Barbosa, 26 a 29 de maio.
- FELTRAN, Gabriel. (2012), “Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992-2011)”. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 6 (2).
- FOUCAULT, Michel. (1984), “El juego de Michel Foucault”, in \_\_\_\_\_, *Saber y verdade*, Madri, Ediciones de la Piqueta, pp. 127-162.
- \_\_\_\_\_. (2008), *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France, 1977-1978*. São Paulo, Martins Fontes.
- FRIDMAN, Luis Carlos. (2014), “Delegação de poder discricionário: o sonho de paz”. *Revista Dilemas*, 7 (4): 611-623 [Dossiê Unidades de Polícia Pacificadora – Cevis, parte 1].
- GINSBURG, F.; ABU-LUGHOD, L. & LARKIN, B. (eds.). (2002), *Media worlds: anthropology on new terrain*. Berkeley/Los Angeles/Londres, University of California Press.
- GONCALVES, Rafael Soares; SIMOES, Soraya Silveira & FREIRE, Letícia de Luna. (2010). “A contribuição da Igreja católica na transformação da habitação popular em problema público na França e no Brasil”. *Cuad. antropol. soc. [on-line]*, 31: 97-120. Disponível em [http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1850-275X2010000100005&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1850-275X2010000100005&lng=es&nrm=iso). ISSN 1850-275X.
- LEITE, Marcia Pereira. (2000), “Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15: 44: 43-90.
- LEITE, M. & BIRMAN, P. (orgs.). (2004), *Um mural para a dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, pp. 141-190.
- LÖWY, Michel. (1989), “O catolicismo latino-americano radicalizado”. *Estudos Avançados [on-line]*, 3 (5): 50-59. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141989000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000100005&lng=en&nrm=iso).
- MACHADO, Carly. (2012), “Performances polêmicas: religião, mídia e mediações do Movimento Raeliano no espaço público”. *Interseções*, 13 (2): 261-277, dez.
- \_\_\_\_\_. (2013). “É muita mistura”: projetos religiosos, políticos, sociais, midiáticos, de saúde e segurança pública nas periferias do Rio de Janeiro”. *Religião & Sociedade*, 33 (2): 13-36.
- \_\_\_\_\_. (2014a), “Pacificação e pacificadores: polícia, mídia e religião no Rio de Janeiro”, in C. Barreira, J. Aquino e L. D. Sá (orgs.), *Violências, ilegalismos e lugares morais*. Campinas, SP, Pontes Editores.
- \_\_\_\_\_. (2014b), “Pentecostalismo e o sofrimento do (ex)bandido: testemunhos, mediações, modos de subjetivação e projetos de cidadania nas periferias”. *Horizontes Antropológicos*, 20 (42): 153-180, jul.-dez.
- \_\_\_\_\_. (2015), “Morte, perdão e esperança de vida eterna: “ex-bandidos”, policiais, pentecostalismo e criminalidade no Rio de Janeiro”, in P. Birman, M. Leite, C. Machado e S. Carneiro (orgs.), *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro, FGV Editora.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org.), “Dossiê Unidades de Polícia Pacificadora – Cevis”, parte 1. *Revista Dilemas* 7 (4).
- \_\_\_\_\_. “Dossiê Unidades de Polícia Pacificadora – Cevis”, parte 2. *Revista Dilemas*, 8 (1).
- MAFRA, C. (2011), “O problema da formação do ‘cinturão pentecostal’ em uma metrópole da América do Sul”. *Interseções*, 13 (1): 136- 152, jun.
- MAIA, Luciano. (2009), *O papel da Pastoral Carcerária, como órgão de monitoramento externo, na prevenção à tortura nos presídios da Paraíba*. Dissertação de mestrado, João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba.

- MARIZ, Cecília L. (1999), “A teologia da batalha espiritual: uma revisão bibliográfica”. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 47: 33-48.
- MESQUITA, W. “Os pentecostais e a vida em favela no Rio de Janeiro: a batalha espiritual na ordem violenta na periferia de Campos dos Goytacazes”. *Estudos de Religião*, 23 (37): 89-103, jul.-dez.
- MONTEIRO, Paula. (2012), *Selvagens, civilizados, autênticos: a produção das diferenças nas etnografias salesianas (1920-1970)*. São Paulo, Edusp.
- MOREIRA, Mariana (2014), *O que foi feito, amigo, de tudo que a gente sonhou? Uma cartografia da atuação de organizações da sociedade civil no fortalecimento da democracia*. Tese de doutorado, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- MORGAN, David (ed.). (2008), *Key words in religion, media and culture*. Londres/Nova York, Routledge/Taylor and Francis Group.
- OLIVEIRA, João Pacheco. (2014), “Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios”. *Mana*, 20 (1): 125-161.
- PEDRO, Rosa & MOREIRA, Mariana. (2015), “Do mal-entendido promissor à multiplicação de vozes: considerações acerca das estratégias metodológicas para a elaboração de uma cartografia de organizações da sociedade civil”. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 15 (4): 1398-1412.
- RISEK, Cibele. (2013). “Práticas culturais e ações sociais: novas formas de gestão da pobreza”, in Joana Barros, Evanildo Silva e Lívia Duarte (orgs.), *Caderno de debates: juventude e direitos na cidade*. Rio de Janeiro, Fase.
- SAMPAIO, Marcio. (2014), “A prisão e condenação do pastor Marcos Pereira da Assembleia de Deus (Adud): perseguição religiosa, abuso sexual e prestígio político no discurso das bancadas evangélicas da Alerj, Câmara e Senado”. Trabalho apresentado no 38º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, MG. Disponível em [http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_details&gid=9304&Itemid=456](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=9304&Itemid=456), consultado em 18/9/2016.
- SANT’ANA, Raquel. (2013), “A música gospel e os usos da ‘arma da cultura’: reflexões sobre as implicações de uma emenda”. *IntraTextos*, 5 (1): 23-41.
- SCHELIGA, Eva. (2010), *Educando sentidos, orientando uma práxis: etnografia das práticas assistenciais de evangélicos brasileiros*. Tese de doutorado, São Paulo, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo.
- TEIXEIRA, Cesar. (2011), *A construção social do ‘ex-bandido’: um estudo sobre sujeição criminal e pentecostalismo*. Rio de Janeiro, 7letras.
- \_\_\_\_\_. (2015). “‘Saindo do crime’: Igrejas pentecostais, ONGs e os significados da ‘ressocialização’”, in P. Birman, M. Leite, C. Machado e S. Carneiro (orgs.), *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*, Rio de Janeiro, FGV Editora.
- VARGAS, Laura. (2005), “Religiosidade: poder e sobrevivência na penitenciária feminina do Distrito Federal”. *Debates do ner*, 6 (8): 21-37, jul.-dez.
- VELHO, Gilberto. (2003), *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 3. ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- VITAL DA CUNHA, C. (2009), *Evangélicos em ação nas favelas cariocas: um estudo socioantropológico sobre redes de proteção, tráfico de drogas e religião no Complexo de Acari*. Tese de doutorado em ciências sociais, Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

**CONEXÕES E RUPTURAS URBANAS: PROJETOS, POPULAÇÕES E TERRITÓRIOS EM DISPUTA**

Carly Machado

**Palavras-chave:** Pacificação; Tramas urbanas; Religião; Estado; Sociedade civil

O presente artigo tem por objetivo discutir a política de pacificação, em franca atividade no Estado do Rio de Janeiro desde 2008, não como estratégia policial de segurança pública, mas a partir de seus efeitos no tecido associativo carioca. Uma característica marcante desta política foi a intensificação dos investimentos públicos para a composição de parcerias com atores da sociedade civil. Neste contexto, proponho uma análise das relações entre duas figuras de destaque no Rio de Janeiro nos anos de 1990 e início da década seguinte: José Júnior, líder do grupo cultural AfroReggae, e o pastor Marcos Pereira, da Assembléia de Deus dos Últimos Dias (Adud). A partir deste caso, procurei demonstrar que o emaranhado social urbano cria associações e dissociações situacionais e circunstanciais. Discuto ainda o “trabalho do tempo”, tal como abordado por Veena Das, na criação de uma coreografia dos atores nas tramas urbanas das periferias cariocas e o modo como se evidenciam estilos de articulação variáveis no tempo, na composição dos atores em conexão, na produção de conflitos e em sua inscrição territorial.

**CONNECTIONS AND RUPTURES URBANS: PROJECTS, POPULATIONS, AND DISPUTED TERRITORIES**

Carly Machado

**Keywords:** Pacification; Urban Schemes; Religion; State; Civil Society

This article aims to discuss the pacification policy, active in the State of Rio de Janeiro since 2008, not as a public security's police strategy, but in the sense of its effects in the associative structure of the city. A significant characteristic of this policy was the intensification of public investments destined to partnerships with civil society actors. In this context, I propose an analysis of the relationship between two important figures in 1990s Rio de Janeiro and in the beginning of the next decade: José Júnior, leader of the cultural group *AfroReggae*, and Pastor Marcos Pereira of the church *Assembly of God of the Last Days* (Assembléia de Deus dos Últimos Dias – ADUD). Thus, I seek to demonstrate that the urban social entanglement creates situational and circumstantial associations and dissociations. It is also analyzed “the work of time”, as discussed by Veena Das, in the creation of a choreography of the actors in the urban schemes of the Rio de Janeiro's peripheries. In addition, I seek to analyze the way in which variable styles of articulation are evidenced in time, considering the composition of the actors in connection, the production of conflicts, and its territorial inscription.

**CONNEXIONS ET RUPTURES URBAINES: PROJETS, POPULATIONS ET TERRITOIRES EN LITIGE**

Carly Machado

**Mots clés:** Pacification; Trames urbaines; Religion; État; Société civile

Cet article a pour but de discuter la politique de pacification, en pleine activité depuis 2008 dans l'état de Rio de Janeiro, non pas en tant que stratégie policière de sécurité publique, mais à partir de ses effets sur le réseau associatif carioca. Une caractéristique remarquable de cette politique a été l'intensification des investissements publics pour la composition de partenariats avec les acteurs de la société civile. Nous proposons ainsi, dans ce contexte, une analyse des relations entre deux personnalités marquantes dans la Rio de Janeiro des années 1990 et du début des années 2000: José Júnior, dirigeant du groupe culturel AfroReggae et le pasteur Marcos Pereira, de l'église «Assemblée de Dieu des Derniers Jours» (Adud). À partir de cette affaire, nous avons essayé de démontrer que l'enchevêtrement social urbain crée des associations et des dissociations situationnelles et circonstancielles. Nous avons également discuté le « travail du temps » tel qu'abordé par Veena Das dans la création d'une chorégraphie des acteurs dans les trames urbaines des périphéries cariocas et la façon dont sont mis en évidence les styles d'articulation variables dans le temps, dans la composition des acteurs en connexion, dans la production de conflits et dans leur inscription territoriale.